



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Marco das PPPs pode beneficiar 150 projetos em estruturação em estados e municípios, estima governo
O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estima que o novo marco das PPPs (parcerias público-privadas), que foi divulgado nesta quinta-feira (20), já poderia beneficiar 150 projetos que hoje estão em estruturação em estados e municípios. Para o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o plano de ações de fomento a investimentos pode render acima de R\$ 100 bilhões.

A iniciativa busca destravar obras nos entes subnacionais, tendo a União como garantidora. No modelo proposto, o Tesouro Nacional atuará como avalista de projetos de PPPs feitos por estados e municípios. Ou seja, a União assumirá o risco de inadimplência caso os entes subnacionais não honrem seus compromissos com os investidores privados na execução dos contratos.

Para que a União não fique com o prejuízo, o mecanismo proposto pelo governo estabelece que, em caso de calote, os valores assumidos pelo Tesouro Nacional sejam descontados dos repasses federais ao FPE (Fundo de Participação dos Estados) ou ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

De acordo com o secretário do Tesouro, o grande problema para que PPPs avancem são as garantias para as contraprestações.
Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de abril.

Governo pede ao STF extinção de processo que busca mudar correção do FGTS

A AGU (Advocacia-Geral da União) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal), nesta quarta-feira (19), a extinção da ação que discute se é devida a revisão dos valores do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

O processo está previsto na pauta de julgamentos desta quinta-feira (20) da Corte. Esperada há cerca de nove anos, a ação deve definir se a correção atual do Fundo de Garantia —de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial)— é constitucional.

Nos bastidores, ministros do STF acreditam que o caminho ideal para resolver a questão seria encontrar um meio-termo que não ocasionasse os gastos calculados pela AGU em R\$ 300 bilhões, em petição apresentada em 2014.

Uma solução seria usar outra base de cálculo, mas sem conceder efeito retroativo, ou seja, só corrigir os valores daqui para frente, sem atrasados. Também há possibilidade de os ministros decidirem que a corte não deve ser a responsável por deliberar o caso, mas outro órgão, como algum ministério do governo federal ou o próprio Congresso.
Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de abril.

Convenção coletiva não pode condicionar estabilidade à comprovação da gravidez

Não se pode criar condicionante a direito constitucionalmente garantido. Com esse entendimento, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho anulou uma cláusula de convenção coletiva que exigia a comprovação da gravidez para a concessão de estabilidade a gestantes.

A convenção coletiva de trabalho foi firmada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Castanhal (PA) e Região e pelo sindicato das indústrias do setor no estado.

A regra, válida entre 2017 e 2018, previa a garantia do emprego por 150 dias após o parto. Caso fosse dispensada sem justa causa, a gestante deveria comunicar sua gravidez ao empregador e apresentar declaração médica. Do contrário, não receberia indenização ou não seria reintegrada.

O Ministério Público do Trabalho argumentou que o artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não exige a ciência do empregador para tal garantia.

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região anulou a cláusula e condenou a empresa a pregar cópias da decisão em locais públicos e de acesso fácil, para que a categoria soubesse e as interessadas pudessem ajuizar ações próprias em busca de valores não recebidos.
Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 20 de abril.

Governo dobra mínimo que bancos não podem tomar de superendividados

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propõe um decreto para aumentar de R\$ 303 para R\$ 600 o chamado mínimo existencial, fatia da renda mensal de superendividados que fica protegida dos bancos.

A iniciativa integra um pacote formulado pelo Ministério da Fazenda com 13 medidas voltadas ao mercado de crédito e que foram divulgadas nesta quinta-feira (20).

Com a atualização do mínimo existencial, a pasta prevê atingir ao todo 14 milhões de brasileiros (5 milhões a mais do que atualmente), que terão direito a pleitear um procedimento especial de repactuação de dívidas com a União.

Segundo estimativas preliminares, o saldo sujeito a renegociação crescerá cerca de R\$ 30 bilhões, passando de R\$ 235 bilhões para R\$ 266 bilhões. O valor de R\$ 600 para o mínimo existencial foi definido pela Fazenda em conjunto com o Ministério da Justiça para equipará-lo ao piso do programa Bolsa Família.

"Essa é uma medida que pode ser uma fonte de alívio para a população nesse momento", afirma Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, acrescentando que o Brasil possui cerca de 70 milhões de brasileiros negativados atualmente.

O Ministério da Fazenda busca estimular a concessão de crédito em um momento de menor apetite das instituições financeiras, cautelosas após o caso Americanas e o cenário internacional, com as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor bancário nos EUA e na Europa.

O pacote de medidas estruturais de crédito proposto pelo governo tem três eixos como base: mercado de crédito bancário, mercado de capitais e mercado de seguros. Algumas das iniciativas foram antecipadas pela Folha.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de abril.

PT eleva pressão sobre Tarcísio contra estudos para concessões

O deputado Luiz Fernando Teixeira (PT-SP) protocolou na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) nesta quarta (19) mais um requerimento questionando os contratos do governo Tarcísio de Freitas com o IFC (International Finance Corporation) para elaborar projetos de concessão.

A pressão da oposição se intensificou nos últimos dias com outros requerimentos com teor semelhante protocolados por deputados do PT. Eles pedem informações sobre os contratos para os estudos dos projetos da Sabesp e da CPTM.

Na terça-feira (18), Emídio de Souza (PT-SP) pediu acesso a todas as correspondências trocadas entre a gestão Tarcísio e o IFC. Semanas antes, o deputado conseguiu no TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) a suspensão do início do processo de privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia).

Na semana passada Paulo Fiorilo (PT) pediu dados sobre três contratos inseridos no sistema de orçamento do governo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de abril.

ASSEMBLEIA TRABALHADORES CPFL

Pauta do dia: Discussão, Deliberação e aprovação ou não da Pauta de Reivindicação:

20 DE ABRIL DE 2023

PRIMEIRA CHAMADA: 17H30

SEGUNDA CHAMADA: 18H00

Na sede do Sintius: R. São Paulo 24/26 - Santos/SP



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA
SEDE: RUA SÃO PAULO, 24/26 SANTOS-SP TELEFONE: (13) 3226 - 3200
SUBSEDE REGISTRO: RUA PARIQUERA AÇU, 174 TELEFONE: (13) 99645 - 5361

REUNIÃO VIRTUAL TRABALHADORES SABESP

PAUTA: CAMPANHA SALARIAL SABESP 2023

20 ABRIL DE 2023 ÀS 18H30

**PARA PARTICIPAR BASTA BAIXAR EM SEU
CELULAR OU COMPUTADOR O APLICATIVO ZOOM**

LINK: <https://us02web.zoom.us/j/87261475155?pwd=MUR6K00wS09zZl0zbDJQO0tpUU16dz09>



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA
SEDE: RUA SÃO PAULO, 24/26 SANTOS-SP TELEFONE: (13) 3226 - 3200
SUBSEDE REGISTRO: RUA PARIQUERA AÇU, 174 TELEFONE: (13) 99645 - 5361

SINOPSE SINTIUS 20-04-2023
1942 - 2023